

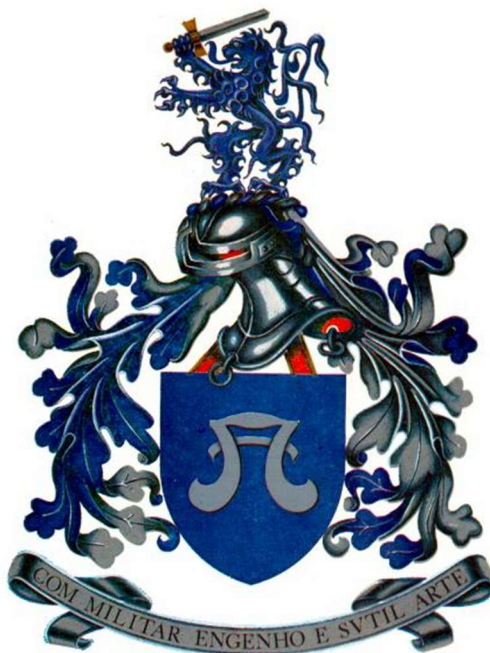


MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

EXÉRCITO PORTUGUÊS

COMANDO DA LOGÍSTICA

DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURAS



PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO

PRR.40.341.001.TF01_25

PM157/LISBOA – Messe de Oficiais de Santa Clara,

Palácio de Barbacena

**“Reabilitação da Messe de Lisboa - Polo de Sta
Clara”**

PROGRAMA DO CONCURSO

Página em Branco

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1
Artigo 1.º - Identificação do procedimento.....	1
Artigo 2.º - Entidade adjudicante.....	1
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar.....	1
Artigo 4.º - Fundamento da escolha do procedimento.....	1
Artigo 5.º - Esclarecimentos, erros e omissões	2
CAPÍTULO II – PREÇO BASE, PRAZO DE EXECUÇÃO E PROPOSTAS.....	3
Artigo 6.º - Preço base do procedimento.....	3
Artigo 7.º - Prazo de execução.....	3
Artigo 8.º - Preço anormalmente baixo.....	4
Artigo 9.º - Documentos da proposta.....	4
Artigo 10.º - Idioma dos documentos da proposta	6
Artigo 11.º - Propostas variantes.....	6
Artigo 12.º - Modo e prazo de apresentação das propostas	6
Artigo 13.º - Visitas ao local da obra	7
Artigo 14.º - Identificação do representante	7
Artigo 15.º - Prazo de obrigação de manutenção das propostas	7
Artigo 16.º - Negociação	8
Artigo 17.º - Regras específicas para o presente procedimento	8
CAPÍTULO III – ADJUDICAÇÃO, HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	8
Artigo 18.º - Critério de adjudicação e modelo de avaliação.....	8
Artigo 19.º - Documentos de habilitação	12
Artigo 20.º - Celebração de contrato escrito e prestação de caução	14
Artigo 21.º - Possibilidade de adoção do procedimento de ajuste direto	14
Artigo 22.º - Possibilidade de adjudicação ao abrigo do n.º 6 do Artigo 70.º do CCP	14
Artigo 23.º - Encargos dos concorrentes	15
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS	15
Artigo 24.º - Pareceres, licenciamentos e autorizações.....	15
Artigo 25.º - Revisão prévia do projeto	15
Artigo 26.º - Prevalência.....	16

Artigo 27.º - Legislação aplicável	16
--	----

MODELOS DE DOCUMENTOS DA PROPOSTAANEXOS

ANEXO A – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS.....	A-1
ANEXO B – MODELO DE DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS REUTILIZADOS OU RECICLADOS	B-1
ANEXO C – CRONOGRAMA FINANCEIRO.....	C-1
ANEXO D – DECLARAÇÃO DE PREÇOS PARCIAIS CORRESPONDENTES ÀS HABILITAÇÕES.....	D-1
ANEXO E – DECLARAÇÃO DE DECOMPOSIÇÃO DO VALOR DA PROPOSTA.....	E-1
ANEXO F – IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE	F-1
ANEXO G – MODELOS DE CAUÇÃO.....	G-1
ANEXO G1 – GUIA DE DEPÓSITO.....	G-1
ANEXO G2 – GARANTIA BANCÁRIA	G-2
ANEXO G3 – SEGURO-CAUÇÃO.....	G-3
ANEXO H - TERMO DE RESPONSABILIDADE DO DIRETOR DE OBRA	H-1

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º - Identificação do procedimento

O presente procedimento de concurso público tem por objeto a celebração de um contrato de Empreitada de Obras Públicas, designadamente para a "Reabilitação da Messe de Lisboa - Polo de Sta Clara", no PM157/LISBOA-Messe de Oficiais de Santa Clara, Palácio de Barbacena, de acordo com as condições estabelecidas no caderno de encargos do presente procedimento.

Artigo 2.º - Entidade adjudicante

- 1 – Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos (doravante apenas designado por CCP), a entidade adjudicante é o Estado.
- 2 – Para efeitos do presente procedimento pré-contratual a entidade adjudicante é aqui representada pelo S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional, João Nuno Lacerda Teixeira de Melo.
 - Morada: Av. da Ilha da Madeira 1, 1400-203 Lisboa
 - Tel.: 00 351 21 303 85 00

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

Nos termos acima indicados, o órgão que tomou a decisão de contratar foi S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional, João Nuno Lacerda Teixeira de Melo, pela Portaria de 17 de abril de 2025, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 6.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º, ambos do Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho.

Artigo 4.º - Fundamento da escolha do procedimento

Para efeitos do disposto no artigo 38.º do CCP, atento o valor do contrato a celebrar, foi escolhido o procedimento de Concurso Público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19.º do CCP, por se considerar o mais adequado ao interesse público a prosseguir, ponderando-se os custos e benefícios resultantes da sua adoção, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, regendo-se pelas

medidas especiais de contratação pública previstas no artigo 2.º e seguintes da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.

Artigo 5.º - Esclarecimentos, erros e omissões

- 1 – No primeiro terço do prazo para a apresentação da proposta podem ser solicitados os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como apresentadas as listas nas quais identifiquem expressa e inequivocamente os erros e omissões detetados, devendo, em todos os casos, ser formulados por escrito, ao órgão que tomou a decisão de contratar e submetidos através da plataforma eletrónica de compras públicas – acinGov – www.acingov.pt, ou na indisponibilidade da plataforma eletrónica, e apenas neste caso, devem os interessados remetê-los para o endereço de correio eletrónico e/ou fax seguintes:
 - E-mail: die@exercito.pt
 - Fax: 218815712
 - Tel.: 218815784
- 2 – Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 50.º do CCP:
 - a) O Júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados, através da plataforma eletrónica indicada no n.º 1 do presente artigo;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se, através da plataforma eletrónica indicada no mesmo n.º 1 do presente artigo, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 3 – O órgão competente para a decisão de contratar identificará os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b. do n.º 2 do presente artigo.
- 4 – Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo referido no n.º 2 deste artigo ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP prorrogando-se o prazo de apresentação de propostas.
- 5 – Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido no número anterior, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do número 1 do artigo 64.º do CCP.

- 6 – Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
- 7 – Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica indicada no n.º 1 do presente artigo e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo os interessados imediatamente notificados desse facto.
- 8 – Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

CAPÍTULO II – PREÇO BASE, PRAZO DE EXECUÇÃO E PROPOSTAS

Artigo 6.º - Preço base do procedimento

- 1 – O preço base é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento.
- 2 – O preço máximo a pagar pela Entidade adjudicante é de 7.000.000,00 € (sete milhões de euros), dividido da seguinte forma:
 - a) Ano 2025 – 1.750.000,00 € (um milhão, setecentos e cinquenta mil euros);
 - b) Ano 2026 – 5.250.000,00 € (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil euros).
- 3 – O montante previsto para 2025 não pode ser ultrapassado;
- 4 – O montante previsto para 2026 pode ser ultrapassado desde que a soma dos montantes dos dois anos não ultrapasse o preço base do procedimento
- 5 – A plurianualidade foi autorizada por S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional, João Nuno Lacerda Teixeira de Melo, através da Portaria de 17/04/2025, nos uso dos poderes conferidos pelo n.º 1 artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho, na sua redação atual.

Artigo 7.º - Prazo de execução

Executar integralmente todos os trabalhos da obra, e solicitar a realização de vistoria para efeitos da sua receção provisória, impreterivelmente até à data de 27 de junho de 2026.

Artigo 8.º - Preço anormalmente baixo

- 1 – Para efeitos do presente procedimento não será definido um preço anormalmente baixo.
- 2 – Sem prejuízo do número anterior, serão consideradas propostas com preço anormalmente baixo, aquelas cujo preço se revele insuficiente para o cumprimento das obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.
- 3 – Será excluída a proposta apresentada pelo concorrente que, tendo sido notificado do despacho que a considera como apresentando um preço anormalmente baixo, não preste os esclarecimentos previstos no n.º 4 do artigo 71.º do CCP.

Artigo 9.º - Documentos da proposta

- 1 – A proposta deve ser constituída por todos os documentos indicados no artigo 57.º do CCP, designadamente:
 - a) **Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP (Anexo A ao presente programa de concurso):
 - i. Se esta declaração for assinada por procurador, será necessário anexar a procuração que confira poderes suficientes para o efeito;
 - ii. Quando a declaração for assinada por representante legal, é necessário apresentar a certidão permanente da empresa ou indicação do código de acesso à consulta para conferir poderes de representação do mesmo.
 - b) **Certidão Permanente do Registo Comercial** válida e atualizada e com todas as inscrições em vigor ou, preferencialmente, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de dezembro, deve ser disponibilizado o “código de acesso” de forma a permitir a visualização atualizada dos registos respeitantes à empresa, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência do Concorrente que se encontre em efetividade de funções;
 - c) **Documentos** que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução **submetidos à concorrência** pelo caderno de encargos, contenham os **atributos da proposta**, de acordo com os quais os concorrentes se dispõem a contratar:
 - i. **Lista de preços unitários** de todas as espécies de trabalhos previstas no projeto de execução;

-
- ii. Programa de Trabalhos**, decomposto na totalidade de todas as espécies de trabalhos previstas no projeto de execução, composto pelos:
- a.** Plano de Trabalhos;
 - b.** Plano de Mão de Obra;
 - c.** Plano de Equipamentos.
- iii. Declaração onde seja indicada a percentagem correspondente ao peso dos materiais reutilizados ou reciclados**, face ao peso total dos materiais empregues em obra, e respetiva **documentação comprovativa** (modelo fornecido em Anexo B ao presente programa).
- d) Relativamente aos **aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência**, nos termos do caderno de encargos, os concorrentes devem apresentar os seguintes documentos:
- i. Memória Descritiva e Justificativa** do Modo de Execução da Empreitada;
 - ii. Cronograma Financeiro**, que contenha um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução dos trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços (modelo fornecido em Anexo C ao presente programa de concurso);
 - iii. Declaração onde seja discriminado o valor dos encargos** referentes à mão de obra, aos materiais e aos equipamentos utilizados (Anexo D ao presente Programa).
- e) **Lista de preços parciais dos trabalhos a realizar correspondentes às habilitações contidas no alvará ou no título de registo** emitidos pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 60.º do CCP, devendo indicar o preço para todas e cada uma das subcategorias referidas na subalínea ii. da alínea a) do n.º 1 do Artigo 19.º do presente programa de concurso (modelo fornecido em Anexo E ao presente programa de concurso);
- 2 – Para efeitos de verificabilidade da documentação comprovativa de utilização da percentagem mínima de 10% de materiais reutilizados ou reciclados esclarece-se que, serão tidos como meios de prova, designadamente, a apresentação de relatórios de ensaio ou certificados emitidos por organismo de avaliação de conformidade, ou, se aplicável ao objeto do contrato, dossiês técnicos e rótulos ecológicos da União Europeia, ou, ainda, outros tipos de elementos de prova equivalentes que permitam avaliar o nível de desempenho ambiental dos materiais.
- 3 – Todos os documentos a apresentar devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar pelo que, nos casos em que o certificado
-

digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve ser apresentado um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a "certidão permanente" em vigor da empresa ou, preferencialmente, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de dezembro, deve ser disponibilizado o "código de acesso" de forma a permitir a visualização atualizada dos registos respeitantes à empresa.

Artigo 10.º - Idioma dos documentos da proposta

- 1 – Sem prejuízo do disposto na alínea seguinte, todos os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, inclusive os mencionados no n.º 3 do artigo 57.º do CCP ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o candidato declara, para todos efeitos, aceitar prevalência sobre os respetivos originais.
- 2 – São admissíveis algumas referências em inglês nos documentos que constituem a proposta, desde que elementares e que resultem do software utilizado, como é o exemplo da indicação dos dias da semana no *MS Project*.

Artigo 11.º - Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 12.º - Modo e prazo de apresentação das propostas

- 1 – As propostas devem ser apresentadas por transmissão eletrónica de dados, na plataforma eletrónica de compras públicas acinGov –www.acingov.pt–, devendo ser recebidas até às 23h59min59seg do 33º dia, contado a partir da data do envio, para publicação, do anúncio de concurso em Diário da República.
- 2 – Os concorrentes serão os únicos responsáveis pelo atraso que porventura se verifiquem na apresentação das respetivas propostas, não podendo apresentar qualquer reclamação se a entrada da mesma se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega.
- 3 – Os documentos da proposta exigidos no Artigo 9.º do presente Programa devem ser apresentados com as seguintes especificações:
 - a) Em formato *.pdf* ou *.dwf*;

- b) Preferencialmente em ficheiros individuais separados, devidamente identificados, correspondendo cada ficheiro a um só documento e devidamente assinado com assinatura digital qualificada;
- c) Caso o concorrente opte por apresentar os documentos em pastas/ficheiros que exijam processos de compressão/descompressão ou agregação/desagregação (e.g. Zip), deve igualmente a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil e do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de abril;
- d) A lista de preços unitários apresentada nos termos indicados nas subalíneas anteriores, deverá, sempre que possível, ser acompanhada de um ficheiro em formato .xls editável, sendo dispensada a assinatura deste.

Artigo 13.º - Visitas ao local da obra

Qualquer interesse num eventual acesso ao local de execução dos trabalhos para efetuar os reconhecimentos indispensáveis à elaboração da proposta, deverá ser solicitado, preferencialmente no primeiro terço do prazo para apresentação da proposta, através da plataforma eletrónica de compras públicas acinGov –www.acingov.pt– ou, na indisponibilidade desta e apenas neste caso, através do seguinte endereço eletrónico: die@exercito.pt.

Artigo 14.º - Identificação do representante

Na proposta deve constar o nome da pessoa de contacto da empresa, o endereço eletrónico, o número de telefone/telemóvel, o número de FAX e o endereço postal (modelo fornecido em Anexo E ao presente programa de concurso. Informação de carácter não obrigatório).

Artigo 15.º - Prazo de obrigação de manutenção das propostas

O concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta pelo **prazo de 120 (cento e vinte) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

Artigo 16.º - Negociação

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

Artigo 17.º - Regras específicas para o presente procedimento

A violação das regras estabelecidas no presente número fundamenta a exclusão da proposta, ao abrigo do disposto na alínea n) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, aplicável por força do disposto no n.º 2 do artigo 132.º, ambos do CCP:

1 – Termos ou Condições:

São excluídas as propostas que apresentem termos ou condições fora do elenco de situações previstas na alínea d) do n.º 1 do Artigo 9.º do presente programa de concurso.

2 – Hora Limite para apresentação de documentos na plataforma:

O termo de qualquer prazo para apresentação de documentação na plataforma eletrónica ocorrerá às 23h59min59seg do dia que resulte da contagem do prazo nos termos legais. Os concorrentes serão os únicos responsáveis pelos atrasos que porventura se verifiquem na apresentação das respetivas propostas, não podendo apresentar qualquer reclamação se a entrada da mesma se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega.

3 – Apresentação dos ficheiros:

São excluídas as propostas que apresentem qualquer um dos documentos em inobservância das especificações obrigatórias exigidas na alínea c) do n.º 3 do Artigo 12.º do presente programa de concurso.

CAPÍTULO III – ADJUDICAÇÃO, HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 18.º - Critério de adjudicação e modelo de avaliação

1 – A adjudicação será feita de acordo com o critério da **proposta economicamente mais vantajosa** para a entidade adjudicante, **na modalidade multifator**, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo determinada pela avaliação dos fatores e subfatores relativos aos aspetos da execução do contrato a celebrar submetidos à concorrência pelo caderno de encargos a seguir indicados, na medida da ponderação do respetivo coeficiente:

a) **Fator Preço:** 60%;

b) **Fator Qualidade Técnica da Proposta (QTP):** 40%

O fator QTP subdivide-se da seguinte forma:

- i. Subfator Plano de Trabalhos (PT): 70%;
- ii. Subfator Ecológico da utilização de materiais reutilizados ou reciclados (MRR): 30%.

2 – A **pontuação global de cada proposta (PGP)** é obtida através da aplicação da seguinte fórmula:

$$PGP = 0.70 \times y(preço) + 0.30 \times QTP$$

Em que:

PGP - Pontuação Global da Proposta (pontos);

y(preço) - Pontuação para o preço da proposta de cada concorrente (pontos);

QTP - Pontuação da Qualidade Técnica da Proposta de cada concorrente (pontos).

3 – O modelo de avaliação das propostas é o seguinte:

a) Para o fator **Preço**:

- i. A escala de pontuação atribuída a cada uma das propostas será de 1 (um) a 100 (cem) pontos, sendo obtida através da seguinte expressão matemática:

$$y(preço) = y_{min} + (y_{max} - y_{min}) \times \sqrt{\left(1 - \left(\frac{P_{proposta}}{P_{base}}\right)^2\right)}$$

Em que:

y(preço) – Pontuação para o preço da proposta de cada concorrente;

y_{max} – Pontuação máxima (100 pontos);

y_{min} – Pontuação mínima (1 ponto);

P_{proposta} – Preço da proposta do concorrente (Euros);

P_{base} – Preço Base (Euros).

- ii. Reunidos, cumulativamente, os pressupostos de aplicação do n.º 6 do artigo 70.º do CCP, a escala de pontuação atribuída a cada uma das propostas nessas condições será de 1 (um) a 100 (cem) pontos, sendo obtida através da seguinte expressão matemática:

$$y(\text{preço}) = y_{\min} + (y_{\max} - y_{\min}) \times \sqrt{\left(1 - \left(\frac{(P_{\text{proposta}} - P_{\text{base}})}{0.2 \times P_{\text{base}}}\right)^2\right)}$$

b) Para o fator **Qualidade Técnica da Proposta (QTP)**:

- i. A pontuação atribuída a cada uma das propostas resulta da soma aritmética ponderada das pontuações parciais atribuídas a cada um dos subfactores elementares que o compõem, multiplicadas pelos respetivos coeficientes de ponderação, sendo obtida através da aplicação da seguinte expressão matemática:

$$QTP = 0.70 \times PT + 0.30 \times MRR$$

Em que:

QTP – Pontuação da Qualidade Técnica da Proposta;

PT – Pontuação do Plano de Trabalhos;

MRR – Pontuação da utilização de materiais reutilizados ou reciclados.

- ii. Na avaliação dos subfactores elementares será considerada uma escala de pontuação de 10 (dez) a 100 (cem) pontos, aplicada em função de um conjunto ordenado de diferentes descritores:

1. Subfator Plano de trabalhos (PT): 70%

- a. A pontuação deste Subfator é obtida através da análise da pormenorização do PT, que deve respeitar a Memória Descritiva e Justificativa do Modo de Execução da Empreitada (MDJ) e o respetivo Mapa de Quantidades de Trabalhos (MQT), considerando os seguintes descritores:

- (1) Apresenta um mapa com detalhe semanal, onde são elencados todos os artigos do MQT, indicando, pelo menos, a duração, o início e o fim de cada um deles, respeitando a MDJ;

Apresenta um plano de mão-de-obra e um plano de equipamento.

Pontuação: 10 pontos

- (2) Apresenta um mapa com detalhe semanal, onde são elencados todos os artigos do MQT, indicando, pelo menos, a duração, o início e o fim de cada um deles, respeitando a MDJ;

Apresenta um plano de mão-de-obra e um plano de equipamento;

Apresenta um caminho crítico que abrange toda a duração da obra.

Pontuação: 40 pontos

- (3) Apresenta um mapa com detalhe semanal, onde são elencados todos os artigos do MQT, indicando, pelo menos, a duração, o início e o fim de cada um deles, respeitando a MDJ;

Apresenta um plano de mão-de-obra e um plano de equipamento;

Apresenta um caminho crítico que abrange toda a duração da obra, não sendo nele incluídas a operação e a manutenção do estaleiro.

Pontuação: 70 pontos

- (4) Apresenta um mapa com detalhe semanal, onde são elencados todos os artigos do MQT, indicando, pelo menos, a duração, o início e o fim de cada um deles, respeitando a MDJ;

Apresenta um plano de mão-de-obra e um plano de equipamento, sendo claramente identificada a mão-de-obra e os equipamentos associados a cada atividade;

Apresenta um caminho crítico que abrange toda a duração da obra, não sendo nele incluídas a operação e a manutenção do estaleiro.

Foram decompostos em tarefas os artigos associados aos trabalhos da subcategoria determinante do alvará.

Pontuação: 100 pontos

b. Para efeitos de pontuação dos elementos do subfactor Plano de Trabalhos (PT), que integra o fator Qualidade Técnica da Proposta, esclarecem-se os seguintes conceitos:

- (1) **Artigos:** os Artigos apresentados no Mapa de Quantidades de Trabalhos (Matriz da Plataforma) posto a concurso;
- (2) **Tarefas (Artigos decompostos):** a decomposição dos artigos apresentados no Mapa de Quantidades de Trabalhos (Matriz da Plataforma) posto a concurso.

2. Subfator Ecológico da utilização de materiais reutilizados ou reciclados (MRR): 30%

A escala de pontuação atribuída a cada uma das propostas será de 1 (um) a 100 (cem) pontos, sendo obtida através da seguinte expressão matemática:

$$MRR = 99 \times \sqrt{\left(1 - \left(\frac{(100 - \%MRR)}{90}\right)^2\right)} + 1$$

$$\%MRR = \frac{P_{MRR}}{P_{TOTAL}}$$

Em que:

MRR – Pontuação do subfator;

P_{MRR} – Peso dos materiais reciclados e reutilizados a ser aplicados em obra;

P_{TOTAL} – Peso total de todos os materiais a ser aplicados em obra.

NOTA: Para contabilização da percentagem de utilização de materiais reutilizados ou reciclados será considerado o peso indicado na Declaração prevista na subalínea *iii*) da alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º do presente programa, não podendo ser inferior a 10% do peso total dos materiais empregues em obra.

A apresentação de uma percentagem inferior à indicada, bem como a falta de apresentação da respetiva documentação comprovativa leva à exclusão da proposta.

- 4 – Os arredondamentos da pontuação final serão feitos até à segunda casa decimal.
- 5 – Em caso de igualdade de pontuações, o critério de desempate é, pela ordem indicada, o seguinte:
 - a) A maior valoração atribuída ao fator Preço;
 - b) A maior valoração atribuída ao fator Qualidade Técnica da Proposta (QTP);
 - c) A maior valoração atribuída ao subfator Plano de Trabalhos (PT), do fator Qualidade Técnica da Proposta;
 - d) A maior valoração atribuída ao subfator Ecológico da utilização de materiais reutilizados ou reciclados (MRR), do fator Qualidade Técnica da Proposta;
 - e) Caso o empate subsista, é adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata e assinada por todos os presentes;
 - f) No seguimento do descrito na alínea anterior, o Júri convocará os concorrentes com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência, através da plataforma eletrónica para a Contratação Pública, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio.

Artigo 19.º - Documentos de habilitação

O adjudicatário deve:

- 1 – **Apresentar**, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, após a notificação da decisão de adjudicação:
- a) Todos os documentos de habilitação referidos nos números 1, 2 e 9 do Artigo 81.º do CCP:
- i.* A apresentação dos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP poderá ser dispensada se o adjudicatário juntar comprovativo do seu registo no Portal Nacional de Fornecedores do Estado;
 - ii.* O documento referido no n.º 2 do artigo 81.º CCP deve conter as seguintes autorizações:
 - 1. **5ª subcategoria da 1ª categoria**, em classe que cubra o valor global da proposta;
 - 2. **10ª subcategoria da 4ª categoria**, em classes que cubram os valores dos trabalhos a que respeitem.
 - iii.* Nos casos aplicáveis, plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, ou o comprovativo de classificação pelo IAPMEI como PME.
- b) Sem prejuízo do previsto no n.º 4 do Artigo 20.º do presente programa de concurso:
- i.* Os documentos que demonstrem as qualificações específicas para o desempenho da direção técnica da empreitada, nos termos do n.º 4 do artigo 23.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual;
 - ii.* O termo de responsabilidade subscrito pelo técnico responsável pela direção técnica da empreitada, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º e n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual (modelo fornecido em Anexo H ao presente programa de concurso);
 - iii.* Os documentos comprovativos da contratação de seguros de responsabilidade civil dos técnicos responsáveis pela direção técnica da empreitada, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual;
 - iv.* Os documentos que comprovem a relação contratual do técnico responsável pela direção técnica da empreitada com o adjudicatário, nos termos do n.º 1 do artigo 23.º, in fine, da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.
- 2 – O adjudicatário deve suprimir as irregularidades dos documentos de habilitação no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** após a notificação da deteção das mesmas.
- 3 – Na indisponibilidade da plataforma eletrónica para remessa dos documentos de habilitação, deve o adjudicatário remetê-los para o seguinte endereço de correio eletrónico:
cmdlog.da@exercito.pt.

Artigo 20.º - Celebração de contrato escrito e prestação de caução

- 1 – Será celebrado contrato escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do CCP na sua redação atual.
- 2 – O adjudicatário deve prestar caução nos termos do disposto no artigo 90.º do CCP, por um qualquer dos modos aí indicados, segundo os modelos fornecidos em Anexo G ao presente programa de concurso.
- 3 – O valor da caução a prestar será de 5% do preço contratual.
- 4 – O adjudicatário deve apresentar, no caso de não ter sido junto no momento da sua habilitação, o termo de responsabilidade dos técnicos responsáveis pela direção técnica da empreitada e os documentos que demonstrem as qualificações específicas para o desempenho dessa função, bem como os documentos comprovativos da contratação de seguros de responsabilidade civil dos técnicos responsáveis pela direção técnica da empreitada e os documentos que comprovem a sua relação contratual com o adjudicatário, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º, nos n.º 1 e 4 do artigo 23.º e do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.

Artigo 21.º - Possibilidade de adoção do procedimento de ajuste direto

- 1 – Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP, a entidade adjudicante pode adotar o ajuste direto quando no presente procedimento nenhum concorrente tenha apresentado proposta ou todas as propostas tenham sido excluídas com fundamento na primeira parte da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
- 2 – Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do CCP, a entidade adjudicante pode adotar o ajuste direto quando se trate de novas obras que consistam na repetição de obras similares ao objeto do contrato decorrente do presente procedimento.

Artigo 22.º - Possibilidade de adjudicação ao abrigo do n.º 6 do Artigo 70.º do CCP

No caso de se verificar a exclusão de todas as propostas, o órgão competente para a decisão de contratar poderá, excecionalmente e por motivos de interesse público, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP e cujo preço não exceda em mais de 20 % o montante do preço base, seja

ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação e verificados os demais pressupostos legais.

Artigo 23.º - Encargos dos concorrentes

- 1 – São encargos dos Concorrentes todas as despesas inerentes à elaboração das respetivas propostas.
- 2 – Sem prejuízo do disposto no Caderno de Encargos relativamente a outros encargos do adjudicatário, são ainda da conta deste último as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 24.º - Pareceres, licenciamentos e autorizações

Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 36.º do CCP e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, foi solicitado parecer prévio da Câmara Municipal, não tendo o mesmo sido recebido no prazo legalmente estipulado.

Artigo 25.º - Revisão prévia do projeto

Por despacho de S. Exa. o General Chefe do Estado-Maior do Exército, em representação da Entidade Adjudicante a que se refere o artigo 3.º do presente programa de concurso, exarado na Proposta de Lançamento de Procedimento n.º PRR.40.341.001.TF01/25, de 21 de abril de 2025 para efeitos da execução do contrato a celebrar, objeto do presente procedimento pré-contratual, dispensa-se a revisão prévia do projeto de execução, a que se refere o n.º 2 do artigo 43.º do CCP e no n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que aprova o Regime Jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis, na sua redação atual, ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro, que dispensa a revisão prévia do projeto de execução em projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, considerando o seguinte:

PROGRAMA DO CONCURSO

- 1 – O objeto do presente procedimento pré-contratual integra um projeto financiado com recurso ao fundo europeu Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);
- 2 – A execução da empreitada, objeto do contrato que se pretende celebrar pelo presente procedimento pré-contratual, termina a 27 de junho de 2026;
- 3 – Na sequência do hiato temporal decorrido desde o início dos procedimentos e processos administrativos legalmente impostos, e o presente, apenas foi possível outorgar contrato com a estrutura de missão «Recuperar Portugal» em 25 de fevereiro de 2025;
- 4 – Afigura-se elevado o risco de incumprimento e perda de financiamento a sujeição à revisão prévia do projeto e os prazos a essa revisão inerentes, pelo que, não sendo exequível atendendo aos prazos inerentes à tramitação e condução do procedimento pré-contratual de concurso público, e subsequente execução da empreitada de obra pública dentro do prazo fixado no Caderno de Encargos e dentro do prazo de execução do PRR;
- 5 – Assim, por razões de interesse público e atendendo ao risco iminente de incumprimento dos prazos legalmente impostos e a conclusão da obra objeto do contrato que se pretende celebrar, e considerando, por último, todos os esforços reunidos pela Entidade Adjudicante na prossecução e apresentação dos projetos à estrutura de missão, determinou-se a dispensa da revisão do projeto de execução, nos termos do disposto no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 26.º - Prevalência

Nos termos do disposto no artigo 51.º do CCP as normas dele constantes prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do presente procedimento com elas desconformes.

Artigo 27.º - Legislação aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente Programa de Concurso e no respetivo Caderno de Encargos será aplicável as disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e na Lei 30/2021, de 21 de maio, na sua redação atual, bem como a respetiva legislação regulamentar e demais legislação aplicável.

MODELOS DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Com exceção da declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos e dos modelos de caução, os documentos constantes nos anexos deverão ser considerados modelos meramente indicativos e a título de exemplo, pelo que não é obrigatória a sua utilização, destinando-se a clarificar qual o conteúdo mínimo de informação que os documentos deverão conter.

Modelos:

- A – Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos
- B - Declaração de Utilização de Materiais Reutilizados ou Reciclados
- C – Cronograma financeiro
- D – Declaração de preços parciais correspondentes às habilitações
- E – Declaração de decomposição do valor da proposta
- F – Identificação do representante
- G – Modelos de Caução
- H – Modelo de Termo de Responsabilidade

Página em Branco

ANEXO A – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO I ao CCP

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do presente Programa]

- 1 – (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de...(designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a) ...
 - b) ...
- 3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

PROGRAMA DO CONCURSO

- 6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
- 7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

Notas:

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO B – MODELO DE DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS REUTILIZADOS
OU RECICLADOS**

Art.º do MQT	Designação do MRR	Peso	Documentos e observações
Ex. B.1.23		0.00	

Peso total de MMR = 0.00

Art.º do MQT – indicar o artigo do Mapa de Quantidades de Trabalhos onde será incorporado o material reciclado ou reutilizado;

Designação do MRR – Identificação do material reciclado ou reutilizado a ser utilizado;

Documentos e observações – Identificação dos documentos em anexo referentes ao material ou justificação equivalente.

Documentos em anexo:

xxx

Página em Branco

ANEXO C – CRONOGRAMA FINANCEIRO

(al. c) do n.º 2 do art. 57.º do CCP)

Fórmula de revisão de preços	Mês 1	Mês ...	Mês N	Total
F ...	00,00 €	00,00 €	00,00 €	000,00 €
F ...	---	---	---	
Valor total				000,00 €

O modelo é apresentado a título meramente indicativo.

Deverão ser acrescentadas tantas linhas quantas as necessárias conforme as fórmulas de revisão de preços definidas no procedimento.

Deverão ser acrescentados tantos meses quantos os necessários de acordo com a duração prevista dos trabalhos.

O valor total indicado na declaração deverá coincidir com o indicado na Lista de Preços Unitários.

Página em Branco

ANEXO D – DECLARAÇÃO DE PREÇOS PARCIAIS CORRESPONDENTES ÀS HABILITAÇÕES

(n.º 4 do art. 60.º do CCP)

Categoria, Subcategoria e Classe da habilitação (alvará ou certificado)			Limite	Valor
Cat:	Subcat:	Class:		
			000,00 €	000,00 €
			000,00 €	000,00 €
Valor total da proposta			---	000,00 €

O modelo é apresentado a título meramente indicativo.

Deverão ser acrescentadas tantas linhas quantas as necessárias conforme as subcategorias referidas no subparágrafo 6. a. (1) (a) 2 do presente Programa.

O valor total indicado na declaração deverá coincidir com o indicado na Lista de Preços Unitários.

(Local), (Data)

Página em Branco

ANEXO E – DECLARAÇÃO DE DECOMPOSIÇÃO DO VALOR DA PROPOSTA

Componente	Percentag em	Valor
Parcela respeitante à mão de obra	00,00%	000,00 €
Parcela respeitante a equipamentos	00,00%	000,00 €
Parcela respeitante a materiais de construção	00,00%	000,00 €
Valor total da proposta	---	000,00 €

O modelo é apresentado a título meramente indicativo.

Deverão ser acrescentadas tantas linhas quantas as necessárias conforme as subcategorias.

O valor total indicado na declaração deverá coincidir com o indicado na Lista de Preços Unitários.

Página em Branco

ANEXO F – IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE		
Designação da EOP		
Firma		
Nome da Pessoa de Contacto		
Endereço eletrónico		
N.º de Telefone/Telemóvel	Telefone	Telemóvel
Endereço postal (informação de carácter não obrigatório)		

(Local), (Data)

Página em Branco

ANEXO G – MODELOS DE CAUÇÃO

Os documentos constantes neste anexo apresentam-se como **modelos de cauções — guia de depósito, garantia bancária e seguro-caução**, de utilização obrigatória pelo adjudicatário, sendo que as cauções que não obedecerem completamente ao aí estipulado serão recusadas.

Modelos:

G1 – Guia de depósito;

G2 – Garantia bancária;

G3 – Seguro-caução.

ANEXO G1 – GUIA DE DEPÓSITO

Valor: € _____.

Vai (1) _____, residente (ou com escritório) em (2) _____, depositar no Instituto de Gestão do Crédito Público no NIB 0781 0112 0112 0013 6221 7 a quantia de (3) _____, (4) _____, como caução exigida para a empreitada de (5) _____, para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. Este depósito fica à ordem de

DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES

Avenida Infante Santo, 49

1399-056-Lisboa

(Telefone 213 912 000 - FAX 213 912 009),

a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data,

(Assinatura)

Notas:

- (1) Identificação do adjudicatário. Deverá ter-se em consideração o disposto no artigo 171.º do Código de Sociedades Comerciais.
- (2) Endereço do adjudicatário. Residência ou escritório.
- (3) Por extenso, em moeda corrente.
- (4) Em dinheiro, ou representada por.
- (5) Designação completa da empreitada (Nº Processo – 40.---.---, Designação).

Na elaboração da transferência bancária deve constar na descrição o Nº do Processo.

ANEXO G2 – GARANTIA BANCÁRIA

O Banco, com sede em, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta a favor de MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL/DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de (1) €(.....), correspondente a (2), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (3), assumirá no contrato que com ela a DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES vai outorgar e que tem por objeto (4), regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (3) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável. (Código dos Contratos Públicos).

Data

(Assinatura) (5)

Notas:

- (1) Por algarismos e por extenso, entre parênteses.
- (2) Percentagem. Quando a garantia for relativa a depósito de garantia, escrever, correspondente a "5% do valor da adjudicação da obra".
- (3) Quando a garantia for relativa a pagamento antecipado, escrever, correspondente a "... % de um pagamento antecipado, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 292.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro".
- (4) Empresa adjudicatária. Na identificação do adjudicatário deve ter-se em consideração o disposto no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.
- (5) Designação completa da empreitada.
- (6) O presente documento deve ser assinado por quem possa obrigar a Instituição Bancária, e as respetivas assinaturas devem ser reconhecidas notarialmente.

ANEXO G3 – SEGURO-CAUÇÃO

A Companhia de Seguros, com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta a favor de MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL/DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (1), garantia à primeira solicitação, no valor de (2) €, (.....), correspondente a (3), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (4) assumirá no contrato que com ela a DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES vai outorgar e que tem por objeto (5), regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (4)..... assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

Data

(Assinatura) (6)

Notas:

- (1) Tomador do seguro:
- (2) Por algarismos e por extenso, entre parênteses.
- (3) Percentagem. Quando a garantia for relativa a depósito de garantia, escrever, correspondente a "5% do valor da adjudicação da obra".
- (4) Quando a garantia for relativa a pagamento antecipado, escrever, correspondente a "... % de um pagamento antecipado, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 292.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro".
- (5) Empresa adjudicatária. Na identificação do adjudicatário deve ter-se em consideração o disposto no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.
- (6) Designação completa da empreitada.
- (7) O presente documento deve ser assinado por quem possa obrigar a instituição seguradora, e as respetivas assinaturas devem ser reconhecidas notarialmente.

ANEXO H - TERMO DE RESPONSABILIDADE DO DIRETOR DE OBRA

...(1), contribuinte n.º ...(2), morador na ...(3), freguesia de ...(3) e concelho de ...(3), inscrito na ...(4) sob o n.º ...(4), na qualidade de Diretor de Obra da empreitada com a designação ...(5), cujo titular é o Exército Português, declara que assume a responsabilidade pela direção da obra, pela sua correta execução e pelo cumprimento das obrigações previstas no artigo 14.º da Lei 31/2009, de 3 de julho, obedecendo às especificações técnicas contidas no caderno de encargos e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

_____ (6) em __/__/____ (6),

O técnico

X

Nome legível

Associação profissional, N.º

(7)

- (1) Nome completo do diretor de obra;
- (2) Número de contribuinte;
- (3) Morada de residência;
- (4) Indicar a associação pública de natureza profissional e o seu número de inscrição, anexando a respetiva declaração;
- (5) Indicar a designação da empreitada (EOP 40.34x.xxx.xxx/ano – PM ... - "descrição da intervenção");
- (6) Localidade e data onde foi assinado o documento;
- (7) Assinatura reconhecida nos termos gerais do direito ou assinatura digital qualificada.